200 Anos da morte de Napoleão Bonaparte (15 de Agosto de 1769-5 de Maio de 1821)

Doutor
Pedro de Avillez

Explicar o momento histórico vivido com a Época Napoleónica é uma tarefa bem difícil pela asfixiante bibliografia a estudar. No princípio do século XX, Jacques Bainville dizia que uma boa biblioteca napoleónica deveria ter uns 10.000 livros, mas já a *Napoleonischen Zeiltalters* de *Kircheisen*, em Berlim, referia mais de 100.000 obras em 1908. Jean Tulard, o reputado historiador de Napoleão neste século XXI, diz que serão agora mais de 200.000 títulos! De facto, depois de Jesus Cristo, nenhuma figura Histórica foi mais abordada em literatura, seja em biografias ou em trabalhos de História, que a Pessoa, a sua Vida e as suas Obras, que Napoleão Bonaparte! Para o bem, e para o mal...

Um dos biógrafos portugueses de Napoleão, Teixeira de Pascoais, dizia "Napoleão não cabe na sua época. É um Deus da Antiguidade que se atrasou no caminho". Mas Napoleão foi apenas um ser humano, como nos lembra a cena imortalizada num quadro de David, retratando o jovem e impetuoso general Bonaparte trajando paramentos teatrais e avançando com grande pompa para o altar na Catedral de *Notre-Dame*, onde o esperava o Papa para o seu coroamento, 'o sacre', rodeado de uma multidão de dignitários ricamente aperaltados, e conta-se que quando avançava, se voltou para o seu irmão mais velho (que ele fará Rei de Espanha), sussurrando: "*José, se o nosso pai nos visse* !...".

Todos os seus atos foram recolhidos, analisados e discutidos. Todas as suas alegadas palavras também. Daí a confusão no que respeita às suas conceções políticas, às suas ideias e ao seu "sistema napoleónico". A contradição dos textos provoca muitas confusões. Por vez, dizia uma coisa, outras vezes dizia o contrário. Talvez tenha sido sincero as duas vezes, talvez não tenha sido sincero nenhuma. Hilaire Belloc ("*Napoleon*", Londres, 1934, p. 12) explicava: "*uma breve leitura de Napoleão convence-nos que falava livremente e contraditoriamente, às vezes com um objetivo, por vezes com outro. Amiúde é tão-somente a expressão momentânea de qualquer fantasia que lhe passava pela cabeça, de uma paixão ou de alguma desculpa*". Em 31 de março 1797, em Klagenfurt, dirigindo-se ao Arquiduque Carlos, generalíssimo austríaco, Napoleão general vitorioso da campanha de Itália, diz-lhe: "*Senhor General-em-Chefe, os militares valentes fazem a guerra e desejam a paz… se aceitar a proposta que tenho a honra de aqui Vos fazer e que poderá salvar a vida de pelo menos um homem, sentir-me-ei mais orgulhoso que dos louros cívicos que haverei merecido e das glórias que podem advir das minhas vitórias militares!"*. Porém, em 26 de junho de 1813, em Dresden, Napoleão assegura a Metternich: *"Vós não sois soldado e não sabeis o que se passa na alma de um soldado… um homem como eu não se preocupa com a vida de um milhão de homens!"*. Em cada momento, utiliza a linguagem adequada, que em distintas ocasiões faz contraditória.

De jovem oficial de sucesso a figura de chefe militar

Anteriormente à revolução francesa, Napoleão militava no ódio à França, em defesa da sua Córsega natal, que fora anexada à monarquia francesa, um ano antes do seu nascimento, em 1769 (curiosamente, nasceu no mesmo ano que Wellington, aquele que, 46 anos mais tarde, em Waterloo irá pôr fim à sua carreira épica!). As suas atividades políticas, próprias de um adolescente da pequena nobreza local, obrigam-no a refugiar-se no colégio d'Autun, em França, com o beneplácito do governador francês da Córsega, o conde de Marbeuf, amigo de seu pai e de sua mãe. Passará depois pelo colégio militar de Brienne, aonde decide enveredar por uma carreira militar e finalmente frequenta a Escola Militar em Paris, aonde as suas qualidades em matemática o fazem escolher a carreira de oficial de artilharia. Como cadete na Escola Militar continuou devorador de livros, em particular leitor entusiasta de Rousseau e Voltaire e, segundo testemunhos, consagra todo o seu tempo livre na leitura do ideário iluminista francês.

Com o rebentar da Revolução Francesa, já segundo-tenente, adere logo ao movimento revolucionário. Em 1789, jovem oficial com 20 anos, é mandado reprimir os habitantes de uma aldeia sublevada com quem a sua consciência política simpatiza. Antes dos soldados dispararem grita: "*que a gente honrada volte a suas casas, só disparo sobre a canalha!"*. A multidão dispersou-se… não queria ser associada a 'canalha'! Apenas com o posto de capitão artilheiro, em 1793, teve um papel decisivo na conquista revolucionária republicana da base naval de Toulon. A marinha em França foi classicamente aliada da monarquia francesa, ali ajudada pelas marinhas espanholas e britânicas (ainda hoje a Marinha, em França, é designada de 'La Royal'…). Este despreendimento de tradições e a

sua adesão ideológica preferencial, explica talvez a sua insensibilidade a sentimentos nacionalistas. Mais tarde, no entanto, a sua política externa de anexação militar de 'nações' e 'países' irá fazer acordar com vigor os nacionalismos na Europa. O seu sucesso como oficial artilheiro no cerco de Toulon, onde está com o exército da Convenção e onde é ferido, e onde contribui com iniciativas táticas arrojadas para a vitória dos republicanos, fê-lo ser notado por importantes chefes revolucionários que o irão levar para o centro político da Revolução Francesa na capital. A sua militância revolucionária levá-lo-á, em 20 de junho de 1792, quando da repressão violenta em Paris ao cerco popular à Assembleia, a dizer a Bourrienne: "*varridos 400 ou 500 com os meus canhões, o resto desaparecerá a correr...".* Mais tarde, no Vendimiário, depois da queda de Robespierre, que tanto o tinha ajudado, quando se discutia o direito de usar a força contra as revoltas populares realistas, conta ele próprio nas suas memórias ter então dito: "*estão à espera que o povo lhes dê autorização para atirar contra eles?... Então abandonei os advogados que se afogavam em palavras, e fiz marchar as tropas!".*

Em Paris, após subsequentes ações notórias, políticas e militares, é nomeado general de brigada com 26 anos de idade, e, em 1796, é enviado comandar um exército de 60.000 homens para confrontar o exército Sardo-Austríaco de 80.000 militares no norte de Itália, que ameaçavam as fronteiras a Leste da França revolucionária Republicana. Carismático e brilhante estratega, partilhando privações com seus soldados, corajoso e exemplar nos esforços físicos que lhes pede. Com a sua audácia tática ganha batalhas, expulsando os austríacos do norte de Itália (Lodi, Arcola, Rivoli), cria as repúblicas de Ligúria e Cisalpina, impondo tratados ao Vaticano e ocupa Veneza e Génova. Conquista a confiança cega dos seus soldados e será idolatrado por estes, reunindo um grupo de oficiais leais e de valor militar que o seguem e que a épica napoleónica fará famosos.

Como chefe militar, Napoleão deu seguimento às novas doutrinas desenvolvidas com a Revolução Francesa, de uso de grandes massas de cidadãos-soldados em colunas de ataque, e em movimentações territoriais rápidas, vivendo dos recursos locais. Confronta militarmente as grandes potências do continente da Europa, batendo espetacularmente o Império Austríaco (Austerlitz), a Prússia (Iéna), e a Rússia (Fridland), ocupa a península Italiana, a Holanda e a Flandres, os vários pequenos estados Alemães, empurrando a Rússia para o leste Europeu, obrigada a assinar um Tratado de paz em Tilsit, em junho 1807. Na Europa resistem só a Grande-Bretanha, e os neutros Suécia, Dinamarca e Portugal, pois a Espanha colaborava, desde 1795. Mas, apesar de ser um excelente comandante operacional, a partir de 1810, com o desgaste das suas constantes campanhas, com a reação patriótica dos Europeus, e com a atuação militar cada vez mais eficiente das nações que tentava controlar, começam maior dificuldades para o Império napoleónico. Em 1806, lançou o Bloqueio Continental Europeu ao comércio britânico, mas esta política fracassa, porque contornada por muitos. Após Tílsit, em junho 1807, decide apoderar-se das Armadas dos dois países neutros, Dinamarca e Portugal, para compensar as perdas de Trafalgar e viabilizar a invasão de Inglaterra, mas os Britânicos antecipam-se e apoderam-se eles da marinha de guerra dinamarquesa. Portugal retira em tempo a sua Armada e a Família Real, transferindo a capital para o Brasil, salvando assim a sua independência.

Napoleão foi deixando de ser invencível, começando por perder estrategicamente as suas três campanhas em Portugal, de 1808 a 18011, devido à reação combatente das populações portuguesas e ao empenho, perícia tática e disciplina militar dos aliados britânicos e dos soldados portugueses, sucessos que vão encorajando a revolta das nações ocupadas, em Espanha e no norte da Europa. Em 1812, acontecerá a desastrosa invasão da Rússia por Napoleão. Com um exército de 680.000 soldados, só regressam batidos 35.000 homens! Finalmente, em 1813, revoltam-se com sucesso no norte da Europa as nações alemãs e austríacas, ajudadas pelos russos e suecos (vitória na batalha de Leipzig), e, em junho desse mesmo ano, soldados britânicos, portugueses e espanhóis expulsam o rei José Bonaparte e as tropas napoleónicas da Espanha (batalhas de Vitória, Pirenéus e S. Sebastian). Por fim, em 1814, começa a invasão da França, anglo-portugueses-espanhóis no Sul, até Bordéus e Toulouse, e russos-prussianos-austríacos-suecos no Norte, até Paris, culminando com a primeira abdicação do Imperador Bonaparte, em abril. Depois de escapar do exílio na ilha italiana de Elba, com os Aliados reunidos no Congresso de Viena. Durante Cem Dias, Napoleão tenta reformular o Império numa versão constitucional liberal, reorganiza o exército e confronta de novo uma coligação militar de Aliados Europeus do norte da Europa. É batido em Waterloo, em junho de 1815, seguindo-se a segunda abdicação, a sua entrega à *Royal Navy* e o seu segundo exílio, desta vez para a longínqua ilha de St. Helena no Atlântico Sul.

A organização dos seus exércitos foi marcada pela racionalidade e rigor matemático das especialidades e dos corpos profissionais. Em combate, inovou na utilização massiva da artilharia no campo de batalha, no arrojo e rapidez das marchas e dos movimentos táticos, pela mobilização do entusiasmo e coragem física (Legião d'Honra, títulos nobiliárquicos, mobilidade de postos) e por uma arquitetura estética que impressionava. Pela negativa, ficou marcado pelas as destruições que seus exércitos causavam com a sua política de 'viverem das terras e das populações' e por saques e execuções de cidadãos nas terras que ocupavam (Portugal perdeu 300.000 habitantes, cerca de 10% da população, com destruições e numeroso património saqueado). As batalhas napoleónicas mobilizavam exércitos de grande dimensão, com conscrições militares que pesavam dolorosamente nas populações e na economia dos vários países europeus (Portugal, em 1811, teve o maior exército de sempre, relativamente à sua população de 3.100.000 habitantes, cerca de 70.000 soldados de Linha, 57.000 soldados de Milícia e numerosas unidades de Voluntários e de Ordenança, mais cerca de 12.000 homens para a Armada e várias outras unidades destacadas para as colónias).

A carreira política e as ideias do primeiro cônsul

Após o sucesso espetacular das suas campanhas militares contra os exércitos austríacos no norte de Itália, em 1796/7, de regresso a Paris, a popularidade de Napoleão é ainda acrescida pelo seu expediente determinado e eficaz na proteção do Diretório jacobino que governava a jovem República. Porém, receosos da presença deste herói dispondo de força militar na capital, os membros do Diretório, e Talleyrand de quem já recebia apoio, encorajam o jovem general a partir em cruzada com 40.000 soldados e 350 navios para o

Egito, com a finalidade de confrontar o poder do império mercantil Britânico, velha preocupação francesa. Após conquistar Malta, combater nas Pirâmides contra os Mamelucos e várias outras peripécias, consciente que o seu futuro estava em Paris, abandona o exército expedicionário da República no Egito e, em outubro de 1799, regressa subitamente a Paris rodeado de um grupo de fiéis oficiais.

Começa, com a colaboração de seu irmão Lucien, Presidente do Conselho dos Quinhentos, e de republicanos jacobinos moderados, a preparar um golpe de estado que irá substituir o impopular Diretório ditatorial por um triunvirato de Cônsules. Napoleão envereda agora decididamente por uma carreira política, convencido do seu destino histórico. Mas irá construir uma base de apoio consensual. Já Cônsul, em novembro de 1799, na sua proclamação ao Consulado, dizia: "*para consolidar a República é preciso que as leis sejam baseadas na moderação, na ordem e na justiça. A moderação é a base da moral e a primeira virtude do homem. Sem ela o homem não é mais que uma besta feroz, sem ela pode existir uma fação mas nunca um Governo Nacional*". Mais tarde, dirá a Combacérès: "*governar com um partido é colocar-se tarde ou cedo na sua dependência. Não cairei nisso. Eu sou nacional*".

Ao assumir as funções de membro do triunvirato do Consulado, em dezembro de 1799, declara no Conselho de Estado: *"acabemos a novela da Revolução, agora é preciso começar a História*". Mas não esquece nunca que a sua legitimidade política foi a sua ligação ao período revolucionário. Depois de escapar a um atentado, em dezembro 1800, na rua Saint-Nicaise, que faz 20 mortos, segue impávido para a Opera e dirá: "*Queriam destruir a Revolução atacando a minha pessoa; defendê-la-ei porque sou eu a Revolução!".* Depois conseguir uma Concordata com o Papa e assinar a paz de Amiens com a Inglaterra, em 1802, realiza um plebiscito e é feito Cônsul vitalício.

Madame de Staél, filha do financeiro Necker e proeminente ativista liberal, no entanto, já em 1798, advertia nos salões intelectuais de Paris da ilusão com este jovem general herói com propostas de ditador, caminho aliás para onde outros políticos caminhavam na ânsia em conseguir a paz social numa França cansada de violência e dizimada por anos agrícolas sucessivamente catastróficos, e escrevia: "*Era a esperança de uns e outros; republicanos, monárquicos, todos viams o presente e o futuro no apoio da sua mão forte*" (Madame de Staél, com seu amigo Benjamin Constant, irá continuar a permanente crítica nos meios intelectuais europeus das políticas e do estilo ditatorial de Napoleão, e será expulsa de França, em 1803. O diplomata e político português, futuro Duque de Palmela, foi seu próximo amigo e seguidor das suas ideias liberais). Mas os franceses procuravam um conciliador que conseguisse unir as mudanças políticas e sociais da Revolução com a França tradicional e cristã. O pensamento de Napoleão nesse ponto era bem claro. O governo da República terá que se esforçar para que as lutas entre franceses tenham que acabar.

A Constituição que irá criar o governo executivo pacificador da República fora entregue a um triunvirato de Cônsules aceite por um plebiscito. Napoleão como Primeiro Cônsul irá iniciar o seu trabalho pela conciliação da República com a França religiosa, ele que era ateu, celebrando uma Concordata com o Vaticano, que conseguiu com alguma dificuldade

fazer aceitar pelos seus correligionários Jacobinos, e assinada em julho de 1801. 'Homem providencial', em dois anos, participa na regeneração financeira do Estado e na pacificação da Vendeia. Recusando ser feito 'rei de França', como lhe era proposto por seus admiradores, reúne consenso na classe política para a criação de um Império francês aglutinador. Seguir-se-á o seu casamento religioso com Josefina e depois o coroamento de Imperador com o Papa, ambos em 1804.

Com o fim de sanar as divisões ideológicas francesas, Napoleão ocupou-se da fação monárquica da França profunda. Primeiro, para afastar o perigo latente de conspirações monárquicas, irá organizar, em 15 de março de 1804, o rapto, na Alemanha, do duque de Enghien, membro proeminente da Família Bourbon, sobrinho de Filipe de Orleans, que cinco dias depois será secretamente julgado e rapidamente fuzilado nos fossos da fortaleza de Vincennes, num processo atabalhoado, injusto e cruel. "*Bonaparte cesse d'être un possible Monk pour devenir un futur usaurpateur…*" (Alfred Fierro, "*Histoire et Dicionaire du Consulat et de l'Émpire*", ed. Laffont, 1995). Mas a França está ansiosa por ultrapassar os 15 anos de violências, e conseguir um certo entendimento social. Já no Diretório haviam começado amnistias, entregas de patrimónios confiscados e pequenas indemnizações, o que irá facilitar o trabalho de Napoleão "aglutinador" dos Franceses.

A criação da França imperial

A disciplina pessoal e concentração no trabalho administrativo e político da governação de Napoleão era proverbial. Frugal na sua alimentação, trabalhava intensamente e com grande rigor racional na organização administrativa e política da França, assim como na construção do seu aparelho militar. Rodeava-se de numerosos burocratas e de um aparelho meritocrático de colaboradores, que por sua vez criavam uma imagem romântica do Regime.

Embora não fosse propriamente um "*homme à Femme*", foi casado duas vezes, com Josefina de Beauharnais e depois com a Princesa Maria Luisa, filha do Imperador da Áustria, de quem teve o único filho legítimo "*L'Aiglon*", que faleceu ainda adolescente. Teve também conhecidas relações amorosas com Desiré Clary (que, depois, casará com o marechal Bernardotte) e com a condessa polaca Maria Waleska, tendo tido de ambas filhos não reconhecidos.

A criação do Império de 1804 foi plebiscitada, com o voto favorável de 92% dos três milhões e meio de votantes, cerca de 10% da população francesa. A república dos Jacobinos fora construída na base do poder de uma elite burguesa e de notáveis. No seu exílio em Santa Helena, Napoleão dirá: "*quanto mais o povo é esclarecido, mais haverá gente convencida da necessidade das leis, da necessidade de serem defendidos, e mais a sociedade será sensata, feliz e próspera quanto mais o povo*"(Las Cases, Memorial, 29 de novembro de 1815). Longe de se ocupar particularmente com o progresso económico e a promoção social e cultural da Nação, Napoleão só pensava na criação, importância e influência de uma elite social poderosa, fundamento e senhora da gestão da sociedade

francesa. É a esta criação e ao seu reforço que se irá consagrar no plano da política interna. Neste sentido, a fusão dos vestígios dos 'antigos privilegiados vítimas da Revolução' com os novos poderosos nascidos com esta, passou a ser o seu imperativo tático social. A ideia de reservar de fato o controle da vida política a uma elite meritocrática já vinha da Constituinte, onde a distinção entre cidadãos passivos e ativos permitia conciliar a teoria com a realidade. A igualdade entre todos, para bem do equilíbrio da paz social, era subordinada à utilidade de reservar o poder aqueles que conciliavam a inteligência e o interesse. Na realidade, queria conciliar a igualdade e a riqueza, mas esta última de fato impôs-se como único fundamento da seleção! Através de eleições para órgãos das várias assembleias, que se delegavam em escalões sucessivos, os deputados da Assembleia final acabavam sempre por serem recrutados entre os notáveis da sociedade.

No sentido de conciliar os novos Senhores da República com a nobreza do Antigo Regime, continuou as ações do Diretório e do Consulado que tinham começado a encerrar os cadastros de "emigrados", algumas propriedades devolvidas e indemnizações parciais concedidas. Napoleão irá criar 3.600 títulos de nobreza (22,5% a originários de nobreza antiga, 58% de origem burguesa e 20 % de origens humildes), sendo 59% concedidos a militares, e cria assim dezassete mil famílias de nova nobreza de Império que se juntaram aos cento e cinquenta mil familiares nobres do Antigo Regime, numa França de 35 milhões de habitantes, em 1804. Verdadeira engenharia social, Napoleão irá acelerar essa fusão dos "flor de Lys" com os "abelhas". Numerosos embaixadores e altos funcionários do regime Imperial são já de estatuto nobre. Em 1814, 43% dos Prefeitos (governadores civis dos cerca de 95 Departamentos de França) são de origem social da nobreza, a classe social dos funcionários do estado do Império está longe da França republicana da Convenção e mesmo do Diretório!

A obra de reorganização administrativa racional do Estado Francês por Napoleão é um legado ainda hoje continuado. Será profunda e exaustiva, com a divisão da França em cerca de 95 Prefeituras (distritos) que unificava assim um país de nações e províncias diversas, com a criação de órgãos legislativos, judiciais, sociais, de saúde e de educação (as 'Grandes Écoles', os Liceus), etc., criações que ainda hoje constituem a armadura institucional de referência no país, acompanhadas da criação do Código Civil Napoleónico exportado em quase toda a Europa.

E o povo e as classes trabalhadoras? Difícil de encontrar estatísticas e trabalhos credíveis. A escola de historiadores marxistas apresenta-os como aliados objetivos da burguesia, outros insistem nas suas misérias. Mas o mundo rural, na época cerca de 80% da população, evoluiu melhor nos finais do século XVIII e mesmo depois da revolução. Os preços de produtos agrícolas cresceram 20%, de 1800 a 1810. Uma boa parte do dinheiro ganho e poupança vai para a compra de terrenos, servindo uma "fome de terra" que será a grande característica dos camponeses franceses até ao século XX. O operariado, que representava 7 a 10% da população francesa, acompanha o crescimento da industrialização ainda incipiente. A supressão das corporações irá multiplicar o número de pequenas oficinas nas cidades, mas, destas, a única grande cidade é Paris, 600.000 habitantes, em 1814 (Lisboa com 240.000 e Londres 1.400.000), as restantes cidades

vêm as suas populações reduzirem-se em relação ao final do Antigo Regime. Até 1810, o emprego esteve sempre próximo do pleno, sendo o elemento mais marcante deste período a quantidade de trabalho 'por realizar' por insuficiência de mão d'obra, lacuna acentuada pelo peso da conscrição para o exército. Esta situação, que se prolongou até 1811, fez subir a média dos salários na época napoleónica na indústria e serviços, entre 1804 e 1810, de 25%, na província, e 33%, em Paris. No entanto, de 1811 até ao final do Império, as dificuldades agrárias, as insuficiências na industria têxtil, a guerra em solo francês e a decadência política, farão todos os salários e rendimentos cair cerca de 30% (André Palluel-Guibert, Les Évenements en France, ed. Laffont, 1995).

A política externa herdada e a construção do império europeu

Todas as teses sobre a política externa de Napoleão, costumam reduzir-se a duas:

1.ª Que as guerras napoleónicas foram meras lutas defensivas contra a agressão dos inimigos da França Republicana;

2.ª Que, pelo contrário, foi uma constante agressão de um imperador conquistador ambicioso.

No nosso entender, não se tratou nem de uma nem da outra tese, mas da continuação de uma política herdada. Napoleão é certamente o herdeiro da Revolução Francesa, que formou a sua mentalidade, mas que lhe deixou uma situação política nacional difícil de resolver. Os grandes movimentos da sua política externa não são mais que a continuação das ambições políticas da monarquia francesa dos reis Bourbons, como aliás assim o foi nos períodos do Diretório e do Consulado. As políticas napoleónicas encetadas ultrapassam de muito 'manobras de defesa fronteiriça', ou os apoios ideológicos e fações revolucionárias neste ou naquele país! O facto é que quando Napoleão continua a política girondina de alargamento das fronteiras francesas, não o faz para libertar populações, mas primeiro para reconstruir aquilo que os seus antecessores chamavam as fronteiras naturais de França.

Nos países ocupados, Napoleão não se aplicou a exportar a 'revolução política francesa', procurou, antes, à semelhança do que fazia com as suas políticas internas, a se assegurar o controle político e de segurança civil e a procurar entendimentos e alianças com as estruturas do poder civil local. Veja-se o 'consulado' de Junot quando 'governador do Portugal ocupado': as ordens que trazia eram de aprisionar a Família Real e capturar os navios da Armada portuguesa, o que já não foi a tempo de o fazer, entregando-se então a procurar apoios políticos e sociais, a proceder ao lançamento de impostos, saques de valores em metal ou preciosidades culturais nos museus, patrimónios do rei ou de particulares e, como lhe ordenou Napoleão por carta, ao desmantelamento do exército e milícias do país. Aliás, estava bem claro no Tratado secreto franco-espanhol de Fontainebleau, assinado um mês antes da invasão, o objetivo era a partilha de Portugal

em três territórios, cada um com destinos políticos diferentes. O objetivo do Portugal ocupado não era converter esta nação num país republicano no modelo francês, ou num estado monárquico afrancesado!

Napoleão, em 1803, ainda como Primeiro Cônsul, dizia já a Miot de Melito:

"O meu projeto exigia a ordenação da Europa debaixo de um só chefe, que tivesse como oficiais às ordens os reis, que distribuísse reinos aos seus lugar-tenentes, que fizesse a um rei de Itália, ao outro da Baviera, a estelandamman de Suíça, àquele stauthouder da Holanda, todos com cargos na sua Casa Imperial, com títulos de copeiro-mor, reposteiro-mor, mordomo-mor, monteiro-mor… Dir-me-á que este plano não é mais que uma imitação de como o Sacro Império Alemão foi estabelecido, que estas ideias não são novas; mas nunca há nada de absolutamente novo; as instituições políticas não fazem mais que andar à roda, e por vezes há que voltar a fazer o mesmo".

O Império Europeu franco-cêntrico de Napoleão foi construído na perspetiva da grandeza da França, reconstruindo o mítico império de Carlos Magno, visando assim a alimentação da sua Glória pessoal à custa dos seus vizinhos, … que arruinava. *"Eu tinha querido o Império do mundo!",* confessou durante os Cem Dias a Benjamin Constant.

Epitáfio

Nenhuma nação europeia anexada ou aliada a Napoleão viu a sua economia prosperar. O imperador era um déspota num Estado omnipresente. A polícia e a censura que instalava eram um retrocesso em relação à relativa tolerância do antigo regime, porque mais militantemente políticas. O Império matou as liberdades, desfez culturas e nações, tirou poder e relevância às Assembleias, e esqueceu-se voluntariamente dos objetivos da Revolução Francesa, que ele próprio considerava utópica e insustentável. O nepotismo com a instalação de familiares ou ajudantes militares em cargos de comando era um insulto nas sociedades ocupadas. Tudo para servir a ambição de um homem, que tinha a pretensão de desenhar e impor um mundo ideal obrigatório a todos os países europeus.

Após os Cem Dias e a derrota de Waterloo, a Assembleia Nacional e os seus Marechais obrigam Napoleão, em Fontainebleau, a abdicar pela segunda vez, em abril de 1815. Após assinar a abdicação e se despedir da sua Velha Guarda Imperial, Napoleão foi entregar-se à marinha da Grande-Bretanha! Pensava poder retirar-se para Inglaterra. Será exilado na ilha St. Helena, no Atlântico Sul.

Ao entrar a bordo do navio de guerra britânico, Napoleão entregou a seguinte carta ao comandante, carta dirigida ao rei da Grande-Bretanha:

"Alteza Real,

Exposto às fações que dividem o meu povo, e à inimizade das grandes potências da Europa, dou por terminada a minha carreira política; e aqui venho, como Temistocles,

sentar-me na casa do povo da Grande-Bretanha. Entrego-me às suas leis, procurando esta proteção de vossa Alteza Real, o mais poderoso, o mais constante e o mais generoso dos meus inimigos."

Para trás ficou um gigantesco plano romântico, mas inacreditavelmente egoísta, uma odisseia de violências que abrangeu toda a Europa, com destruições, saques, assassinatos, prepotências e entre três e cinco milhões de mortos. O fracasso da tentativa de imposição militar da sua utopia franco-centrista na Europa acabou, no entanto, por acelerar o fim dos Antigos Regimes absolutistas, e desencadear revoluções nacionalistas. Mas em reação à versão jacobina da Revolução Francesa e à proposta Napoleónica que a Europa tinha combatido, estas revoluções na Europa irão evoluir para sociedades mais democráticas, parlamentares e constitucionais, que se queriam liberais, não em repúblicas do modelo francês que fora combatido, mas em modelos parcialmente inspirados da versão parlamentar e constitucional britânica, com separação de poderes e um papel moderador do rei ou chefe de estado (o Cartismo em Portugal).

Em França, da saga criativa napoleónica ficaram as bases de reorganização racional e elítica do Estado francês, que ainda hoje perduram. Muitos franceses continuam ainda hoje romanticamente enamorados da épica militar e monárquica de Napoleão, da sua engenharia social que conseguiu fundir numa só a nação dividida entre dramáticos revolucionários republicanos e crentes das tradições do país histórico cristão, um misto que hoje ainda parcialmente perdura na sociedade republicana francesa, orgulhosa da grandeza e da capacidade criativa francesa, que Napoleão impôs na Europa… embora, para outros, a opinião seja mais reservada… (*Napoleon, the man behind the myth*, do escritor polaco e historiador do CNRS francês, Adam Zamoyski, ed. William Collins, 2018).